DECISÃO SINGULAR	**:**	**DSG-G.RC-409/2014**
PROCESSO TC/MS	**:**	TC/119748/2012
PROTOCOLO	**:**	1347943
ÓRGÃO	**:**	SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DE MS, ATRAVÉS DO FUNDO ESPECIAL DE SAÚDE DE MS
ORDENADOR DE DESPESAS	**:**	EUGÊNIO OLIVEIRA MARTINS BARROS
CARGO DO ORDENADOR	**:**	EX-SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE
ASSUNTO DO PROCESSO	**:**	NOTA DE EMPENHO Nº 2756/2012 DECORRENTE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 109/2011
RELATOR	**:**	CONS. RONALDO CHADID
CONTRATADA	**:**	EXPRESSA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO	**:**	PREGÃO PRESENCIAL Nº 87/2011
OBJETO DA CONTRATAÇÃO	**:**	AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA CUMPRIMENTO DE DECISÃO JUDICIAL
VALOR INICIAL DA CONTRATAÇÃO	**:**	R$ 81.355,50

CONTRATAÇÃO PÚBLICA. ANÁLISE FORMALIZAÇÃO DA NOTA DE EMPENHO E DA EXECUÇÃO FINANCEIRA. AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA CUMPRIMENTO DE DECISÃO JUDICIAL. LIQUIDAÇÃO DA DESPESA E PAGAMENTO. ARTIGOS 311 E 312 DA RESOLUÇÃO NORMATIVA TC/MS Nº 57/2006. REGULAR E LEGAL.

Cuidam os presentes autos da aquisição de medicamentos, firmado através da Nota de Empenho nº 2756/2012 decorrente da Ata de Registro de Preços nº 109/2011 entre a empresa *Expressa Distribuidora de Medicamentos Ltda* e a *Secretaria de Estado de Saúde de MS*, por intermédio do *Fundo Especial de Saúde*, no valor de R$ 81.355,50 (oitenta e um mil, trezentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta centavos).

A Nota de Empenho em epígrafe é decorrente da Ata de Registro de Preços nº 109/2011, originária do Pregão Presencial nº 87/2011, e informa a Equipe da 5ª ICE que a formalização da sobredita Ata de Registro de Preços foram autuados nesta Corte de Contas sob o nº TC/MS 1935/2012 e foi julgada regular e legal, tendo sido emitida a Decisão Singular DSG-G.JAS-4250/2012.

Por fim, concluiu que a formalização da Nota de Empenho nº 2756/2012 decorrente da Ata de Registro de Preços nº 109/2011 (peça nº 2), e a execução financeira da avença atendem às disposições estabelecidas nas Leis Federais n°s 4.320/1964 e 8.666/93 e suas alterações bem como a IN-TC/MS nº 35, de 14 de dezembro de 2011 (ANC-5ICE-15473/2013, peça nº 19).

No mesmo sentido, o Ministério Público de Contas opina pela regularidade e legalidade da formalização da Nota de Empenho e da execução financeira (PAR-MPC–GAB.7 DR.JAC-434/2014, peça nº 26).

É o relatório.

DECIDO.

Verifico que a formalização da Nota de Empenho nº 2756/2012, decorrente da Ata de Registro de Preços nº 109/2011 formalizada pela *Secretaria de Estado de Saúde de MS*, através do *Fundo Especial de Saúde de MS* em 11.6.2012, decorrente da *Ata de Registro de Preços nº 109/2011* e originária do *Pregão Presencial nº 87/2011* encontra-se regular tendo atendido aos requisitos da Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações.

A despesa foi lastreada com recurso orçamentário do programa de trabalho 10.122.0010.2665, fonte de recursos 0103 natureza de despesa 3390.91, conforme faz prova a Nota de Empenho acostada aos autos (peça nº 2), e observou às disposições da Lei Federal nº 4.320/64, art. 60, *caput*, 61; 62 e 63, *caput* [1], bem como às do Anexo I, Capítulo III, Seção I, 1, 1.3, 1.3.1, 'B'[2], da já citada Instrução Normativa TC/MS nº 35, de 14.12.11.

[1] **Art. 60.** É vedada a realização de despesa sem prévio empenho.

Observado também o disposto no parágrafo único[3] do artigo 61, da Lei de Licitações, cumprindo assim, o requisito da transparência (peça nº 3).

No que concerne à execução financeira, restou comprovada como demonstrado abaixo:

Execução Financeira

Valor total empenhado	R$ 81.355,50
Despesa liquidada	R$ 16.378,50
Pagamento efetuado	R$ 16.378,50
Valor anulado	R$ 64.977,00
Saldo final da execução	R$ 0,00

Os documentos comprobatórios do pagamento estão na peça nº 18, e demonstram a correta execução financeira da avença.

Ante todo o exposto e a documentação constante nos presentes autos, com fundamento no artigo 13, V[4], *fine*, c.c o artigo 311, I e II[5], e artigo

---

Art. 61. Para cada empenho será extraído um documento denominado "nota de empenho" que indicará o nome do credor, a representação e a importância da despesa bem como a dedução desta do saldo da dotação própria.
Art. 62. O pagamento da despesa só será efetuado quando ordenado após sua regular liquidação.
Art. 63. A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.

[2] **B)** DOCUMENTOS:

[3] **Art. 61.** [...]
Parágrafo único. A publicação resumida do instrumento de contrato ou de seus aditamentos na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pela Administração até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, qualquer que seja o seu valor, ainda que sem ônus, ressalvado o disposto no art. 26 desta lei.

[4] **Art. 13.** Compete ao Conselheiro-Relator, funcionando como Juiz Singular:
[...]
V – julgar os processos relativos a contratos administrativos, manifestando-se quanto à licitação, aos casos de dispensa ou situações de inexigibilidade, e à própria execução do contrato, se for o caso, desde que nele atendidos os pressupostos da legalidade, legitimidade, economicidade e regularidade.

[5] **Art. 311.** As contratações serão julgadas em duas etapas:
I – a primeira etapa abrangerá o exame dos atos relativos aos procedimentos licitatórios, à formalização dos contratos, instrumentos congêneres e eventuais termos aditivos;
II – a segunda etapa compreenderá o exame de todos os demais atos praticados no decorrer da execução contratual.

312, I[6], todos da Resolução Normativa TC/MS nº 57/2006 – Regimento Interno TC/MS, acolhendo o parecer exarado pelo Ministério Público de Contas, **DECIDO** pela **REGULARIDADE** e **LEGALIDADE** da formalização e da execução financeira da Nota de Empenho nº 2756/2012, de 11.6.2012, decorrente da Ata de Registro de Preços nº 109/2011, no valor de *R$ 16.378,50 (dezesseis mil, trezentos e setenta e oito reais e cinquenta centavos)* firmada pela *Secretaria de Estado de Saúde de MS,* através do *Fundo Especial de Saúde de MS* em favor de *Expressa Distribuidora de Medicamentos Ltda*, por estar em consonância com o disposto nas Leis Federais nº 4.320/1964 e 8.666/1993, bem como com as disposições regimentais desta E. Corte de Contas.

É a decisão.

Publique-se.

Campo Grande, 20 de fevereiro de 2014.

Ronaldo Chadid
Conselheiro Relator

SR

[6] **Art. 312.** Concluída a análise e emitido o parecer do Ministério Público Especial, o Conselheiro Relator decidirá:
I – pela regularidade e legalidade do procedimento licitatório e do contrato examinado (inciso I do art. 311), ou pela regularidade e legalidade dos atos praticados no decorrer da execução do contrato (inciso II do art. 311), conforme o caso, através de Decisão Singular;